

## ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos dez dias do mês de maio do ano dois mil e sete, na sala de reuniões da CGA – Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes todos os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Franciane de Fátima Marques, Noadir Marques da Silva Júnior, Antonio José Maffezoli Leite, Roque Jerônimo Andrade, Victor Hugo Albernaz Júnior, Vitore André Zílio Maximiano e Willian Fernandes. Ausentes, justificadamente, Daniela Sollberger Cembranelli e Wagner Giron de La Torre. Deu-se início aos trabalhos às 9:30. Instalada a sessão, foi aprovada a ata da 4.ª sessão do Conselho Superior. A Presidente saudou os presentes e passou às comunicações da Presidência. Relatou que, na quarta-feira (14/06), esteve em uma reunião com Luiz Flávio Borges D'Urso, Presidente da OAB/SP, em que tratou da indicação do representante da Ordem no concurso da Defensoria e também do convênio da OAB. Disse que foi elaborada uma agenda para as negociações referentes ao convênio, que se iniciará já na semana que vem. Informou que não houve a reunião da Comista, pois os advogados que compareceram à Pamplona se recusaram a fazer o cadastro e se retiraram do prédio. No mesmo dia, também esteve em reunião com o Deputado Estadual Campos Machado, do PTB, em continuidade às reuniões com líderes de partidos na Alesp. Na segunda-feira (19/06), esteve em reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça, Celso Limongi, com quem manteve uma conversa muito boa, em que foram abordado vários assuntos, entre eles o convênio de peritos. No mesmo dia, à tarde, gravou programa do Ministério Público Democrático com um Promotor de Justiça, Daniel Serra Azul, e com um pesquisador do IBCCrim e mestre e doutorando em Ciência Política, Frederico de Almeida. O programa irá ao ar no Canal Comunitário: 25/06 (domingo) às 22h30 e na TV Justiça: 27/06 (terça-feira) às 20h, 30/06 (sexta-feira) às 10h30 e 01/07 (sábado) às 10h, conforme foi encaminhado ao grupo de e-mails. Na terça-feira (20/06), houve uma reunião com a banca do concurso, em que foi definido o dia 27/06 para entrega do programa; para tanto, é importante a aprovação do regulamento que está na pauta hoje. Na quarta-feira (21/06), houve reunião com o Pró Mulher, que tem convênio com a Procuradoria de Assistência Judiciária e atualmente atua no Coje e nos plantões cível e família, o convênio vence no início do ano que vem e já foram iniciadas as discussões para a renovação. Em seguida, teve uma reunião no setor de conciliação do TJ com a Juíza Maria Lucia Pizzotti, em que também estiveram presentes a Defensora Pública Lisa Mortensen e a Subprocuradora da Assistência Judiciária Mariângela Sarrubbo. Informou que no setor existem conciliadores à disposição, podendo ser feito encaminhamento para lá antes de entrar com a ação. A Juíza Maria Lucia disse que tem havido 70% de acordo e contou, ainda, que existe um projeto de lei que visa a regulamentar essa conciliação prévia e prevê remuneração dos conciliadores. Além disso, noticiou o recebimento de ofício do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça em que o Presidente Antonio Cláudio Mariz de Oliveira informa que o Conselho deliberou apresentar moção de apoio à instituição em face da atuação durante a crise de segurança pública em São Paulo, em maio corrente. Por fim, solicitou que o regimento interno fosse seguido nas votações e de que, em caso de necessidade de melhor análise do processo, fosse pedido vista, imprimindo assim ritmo às sessões do conselho e tornando a reunião mais formal.

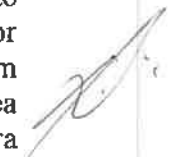
Não havendo mais Comunicações da Presidência e não havendo Comunicações da secretaria, passou-se, então, ao momento aberto. A presidente abriu a palavra aos inscritos. Tomou a palavra a Defensora Pública e Diretora da Escola, Flávia D'Urso, que apresentou o regimento interno da Escola, que foi elaborado após a análise dos regimentos internos das Escolas da PGE, do MP, da Magistratura e da Escola Superior da Advocacia. Passou-se a palavra ao 1.º Subdefensor Geral do Estado, Renato Campos De Vitto, que comentou sua reunião nas Secretarias de Estado da Casa Civil e do Planejamento para tratar, principalmente, do provimento progressivo dos cargos em comissão previstos na nossa lei e também da elaboração do anteprojeto de lei para os cargos de quadro de apoio. Esclareceu que seria importante termos alguns funcionários do FAJ que trariam consigo a memória do setor, mas, segundo soube, a Mariângela esteve no FAJ nessa semana e disse que não vai liberar nenhum funcionário do FAJ para trabalhar na Defensoria Pública. Dr. Renato elogiou a Apadep, que, apesar da pouca estrutura, a cada dia que passa surpreende mais com a garra de sua Diretoria e seu Conselho, especialmente do Presidente da Associação, Davi Depiné. Quanto ao orçamento, a Defensoria Pública de São Paulo apresentou, pela primeira vez, sua proposta orçamentária. Informou que foi um grande desafio trabalhar com orçamento, já no primeiro ano de existência da Defensoria. No entanto, a inexperiência administrativa foi compensada com a vontade de fazer e a ajuda dos funcionários da PGE. A proposta orçamentária, que está sendo entregue ao Conselho, contempla as onze ações previstas na LDO, a qual deverá ser aprovada até 15 de julho na Alesp. Informou que a proposta deve ser encaminhada até 31 de julho. A nossa lei prevê conferências regionais, mas, como não haverá tempo hábil para sua realização, será feita uma apresentação solene à sociedade civil, com a ajuda da Ouvidoria, em 10 de julho na Alesp. Para que essa apresentação possa ocorrer, a data limite para aprovação é 7 de julho. A Defensoria tem duas receitas: o Tesouro e o FAJ. O FAJ tem como previsão orçamentária 254 milhões para todo custeio, além da remuneração de pessoal, que é paga com a verba do tesouro. Em decorrência da transição, a Defensoria fará todo o orçamento do FAJ, de modo que, no ano que vem, se a transição continuar, será a PGE que dependerá da nossa gestão. A autonomia da iniciativa orçamentária não é total, pois o Governador pode fazer cortes e, durante o curso, pode haver o contingenciamento. Mas há formas de trabalhar com flexibilidade. Há uma proposta preliminar de abrir as ações em itens e elementos. Unidade gestora e executora, alguns trazem um quadro mais completo, essas são todas as ações que vinham sendo desempenhadas. Há vários programas a serem desenvolvidos pela escola, o que ainda não está fechado, mas pretende apresentar todos os valores definidos na próxima semana. Afirma ter mais facilidade de gerenciar os gastos se as ações estiverem concentradas, pois ordena as despesas no mesmo programa. No caso da Ouvidoria, o orçamento deve ser mais detalhado. Em relação ao Congresso Nacional de Defensores Públicos, a Vale do Rio Doce sinalizou com um valor para patrocínio. Para ele, a Defensoria tem três prioridades: funcionários, orçamento e concurso. Como os dois primeiros itens estão bem encaminhados, o concurso espera hoje. Passou-se então às manifestações dos Conselheiros. O Conselheiro Carlos Loureiro referiu-se ao grupo de e-mail. A Conselheira Franciane abriu mão de se manifestar. O Conselheiro Victor Hugo sugeriu a realização de convênios com faculdades para a contratação de profissionais de outras áreas, como psicólogos e assistentes sociais. Referiu-se ainda a unidades da Defensoria no interior que são divididas com a PGE. O Conselheiro Pedro relatou a nomeação dos coordenadores das regionais. Só falta a indicação da regional de Ribeirão Preto, o que gostaria de que fosse definido para ser feita uma nomeação única. Ele estimulará um rodízio para formar administradores da



regional, a fim de impedir um processo de encastelamento. Sobre a atuação da Defensoria, declarou que o grupo especial já executou as tarefas que foram distribuídas e que a Defensoria está atuando no atendimento dos assistidos e na tutela dos direitos humanos. Ontem visitou pessoalmente os 17 DPs para avaliar inquéritos policiais e verificou que os resultados estão começando a aparecer. Foi até à Vara da Fazenda Pública para analisar o MS da Funap, cujo pedido é para ingresso como Defensores Públicos, com liminar para reserva de vagas. O juiz indeferiu a liminar, mas o desembargador relator deu efeito ativo, determinando que seja impedida a publicação de edital do concurso ou, se expedido, seja publicada a ressalta de que 19 vagas estão *sub judice*. Foram impetrados DPGE e PGE. Entrou em contato com a Mariângela, mas vcs não têm capacidade processual para contra minutar o agravo. Segundo o Conselheiro Vitore, não temos capacidade postulatória. É a mesma situação do MP e do PJ, oferecer informações no MS não há problema. Em sua opinião, só a PGE tem essa atribuição. Quanto ao *amicus curiae*, surgiu a dúvida e a questão foi analisada com base em um precedente de Minas Gerais. Em relação ao concurso de ingresso, declarou que fomos cuidadosos e, se for o caso, colocam-se no edital as 180 vagas além das que se abrirem, excetuadas as 19 *sub judice*. Elogiou o trabalho feito pelos Defensores Márcia, Helena, Carlos e Flávia, que ainda estão trabalhando está andando a todo vapor. Outro tema é o orçamento, que está sendo bem discutido neste momento da LDO, mas os prazos são muito exíguos. Elogiou o trabalho do Renato e do Antonio, o que resultará em uma proposta real. Vitore quer propor a constituição de um grupo de trabalho para pensarmos na divisão da Grande São Paulo e da Capital, para o que foi aberta a inscrição dos interessados em constituir formalmente um grupo de trabalho. Quanto ao grupo de trabalho da violência, relatou o atendimento a um dos familiares da vítima e a existência de propostas de ações no campo civil. Centros de atendimento multidisciplinar devem ser pensados contando com a experiência das universidades que possam colaborar com a Defensoria. O Conselheiro Noadir saudou os presentes. E manifestou a necessidade e a importância dos coordenadores das regionais. Recebeu um ofício da Comissão de DH da Câmara de Campinas, o qual respondeu comentando a criação dos núcleos de DH. Também recebeu um e-mail do Ignácio da OAB, abordou as questões que foram trazidas pela DPGE, comentou sobre a inadimplência do convênio a alguns advogados e relatou que, em uma cidade do Vale do Ribeira, o atendimento foi suspenso. Para ele, é importante a proximidade com a OAB, por estarmos ocupando um espaço dentro da instituição. O Conselheiro Roque ausentou-se. O Conselheiro William falou da importância da proximidade com a OAB. Elogiou o trabalho do Renato e do Antonio sobre a lei orçamentária e declarou estar se dedicando à estruturação da Ouvidoria-Geral da Defensoria. Informou que esteve reunido com o Benedito Mariano, ex-ouvidor da polícia e atual secretário de gestão estratégica do município de Osasco. Relatou que a reunião teve como objetivo dividir com o Mariano os momentos iniciais da Ouvidoria da Defensoria e, articular o seu funcionamento de maneira mais eficaz e com a participação da sociedade civil organizada, neste sentido, a experiência do Benedito Mariano é de fundamental importância, pois foi uma das primeiras pessoas que trabalharam o tema em São Paulo. Relatou ainda reunião que teve com a Pastoral Carcerária, cujo trabalho admira, e, que convidou representantes daquela entidade a integrarem o Conselho da Ouvidoria. Informou que está fazendo um mapeamento das outras entidades. Tratou do tema dos defensores responsáveis por cada regional. Referiu-se à criação das Sub-Ouvidorias, que se colocaram à disposição para estruturação e participação na Ouvidoria e para a participação na conferência regional. Tratou também da divulgação da Defensoria em todos os meios de



comunicação da Pastoral, o que é importante, pois muitas pessoas não sabem o que é Defensoria Pública. Entre as entidades com as quais se reuniu, citou a Comissão Municipal de Direitos Humanos, onde também nesta semana esteve conversando com o Ex-ministro José Gregori, que manifestou o interesse em colaborar com a Defensoria Pública. Continuará a fazer as visitas a pessoas que contribuirão com o trabalho da Ouvidoria e da Defensoria, o que deve começar o mais breve possível. Relata que a audiência na Alesp está agendada no Plenário José Bonifácio. A Presidente relata que a reunião com o D'Urso foi muito boa e que foram discutidas questões espinhosas como o convênio. Para ela, a relação com a OAB tem que ser próxima. Relata que o sistema com a Prodesp está dando muito problema e que quando houve o incidente, pediu para falar com o D'Urso para não que não restasse mal entendido. O Conselheiro Noadir relata conversas com pessoas da OAB, como Valdomiro Pizzanelli, que têm apontado com grande esperanças de diálogo. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros passou-se à ordem do dia. CSDP n.º 03/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: I Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Carlos Henrique Acirón Loureiro. Impedido o Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. Regulamento do Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público. Art. 1.º Excluído I concurso. Aprovado por unanimidade. Art. 2.º Aprovado nos termos do voto do relator com o acréscimo do VI, renumerando os demais artigos. Acrescentar: deliberar sobre os recursos. Art. 3.º Aprovado art. 3.º com alteração do § 3º. Art. 4.º Aprovado por maioria o art. 4.º, vencidos os Conselheiros Victor Hugo, Vitore e Roque. Art. 5.º Aprovado por unanimidade nos termos do voto do relator. Art. 6.º Aprovado por unanimidade com a supressão. Exclui inciso VIII excluído. Inserir inciso VII não possui condenação administrativa ou em ação de improbidade administrativa incompatível com o exercício das funções. Art. 7.º Art. 8.º Acrescenta a palavra *comissão*. CSDP n.º 06/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamenta a concessão de diárias para Defensores Públicos. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. Votou a Conselheira Relatora. O Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano pediu vista. CSDP n.º 07/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamenta o Fundo de Despesas da Escola da Defensoria Pública do Estado (Fundepe). Relator: Conselheiro Noadir Marques da Silva Júnior. Alteração da redação de parágrafos de artigos. Revogado o § 3.º, renumerando o § 4.º antigo. Aprovada por unanimidade. CSDP n.º 09/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Eleição do Defensor Público Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Roque Jerônimo Andrade. Aprovada a eleição do Corregedor Carlos Weis. CSDP n.º 10/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Modelo de carteira de identidade funcional. Relator: Conselheiro Victor Hugo Albernaz Jr. Prorrogada para a próxima sessão. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andréa Silva Britto, diretora de Divisão, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, dez de maio de 2007.





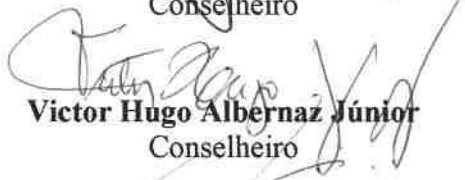
**Cristina Guelfi Gonçalves**  
Presidente



**Franciane de Fátima Marques**  
Conselheira



**Antonio José Maffezoli Leite**  
Conselheiro



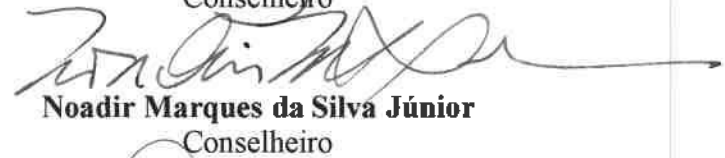
**Victor Hugo Albernaz Júnior**  
Conselheiro



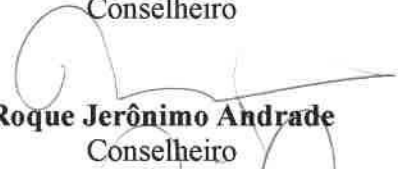
**Willian Fernandes**  
Conselheiro



**Carlos Henrique Acirón Loureiro**  
Conselheiro



**Noadir Marques da Silva Júnior**  
Conselheiro



**Roque Jerônimo Andrade**  
Conselheiro



**Vitore André Zilio Maximiano**  
Conselheiro